



Saúde do trabalhador e o mar de lama

EDITORIAL*

A expressão “mar de lama”, que passou a ser utilizada, para denunciar a corrupção no governo Vargas dos anos ‘50, de lá para cá vem sendo aprimorada. Em todos os sentidos. Como no Brasil, em matéria de política, o que já é ruim sempre pode piorar, o mar de lama passou da metáfora à sua expressão real. Estamos entregues, literalmente, ao mar de lama que desce das barragens de minério mantidas por uma bem sucedida associação: a das empresas irresponsáveis com governantes irresponsáveis e parlamentares irresponsáveis, entre outros intermediários irresponsáveis. Bem sucedida associação, que se esclareça, para o aprimoramento dos mares de lama. Em todos os sentidos. A melhor metáfora seria a de dizer que o mar de lama desce das barragens superiores dos oligarcas da política e do poder econômico que despejam em cima de nossas cabeças seu principal produto – a lama –.

São tantas as perguntas óbvias que nunca são respondidas, por razões óbvias, que povoam nossa indignação com mais esse crime de Brumadinho/MG. Somos todos tolos os que achávamos que, depois do crime de Mariana/MG, algum tipo de alerta seria ligado. Claro que não, inclusive, já no discurso da campanha presidencial vitoriosa, os sinais de alerta contra as catástrofes ambientais foram justamente ao contrário: afrouxamento de fiscalização ambiental, esvaziamento de órgãos responsáveis, aquecimento global e mudanças climáticas como tramóias marxistas, privatizações (como ocorreu um dia com essa empresa, com o perdão da má palavra, Vale “do extinto Rio Doce”) e, o mais grave, o favorecimento descarado ao capital e às empresas do tipo do agronegócio que, como todos sabem, vêm inundando o país com um mar de lama de agrotóxicos.

Os chamados acidentes ampliados que atingem o meio ambiente e os trabalhadores estão, invariavelmente, ligados a diversos fatores, todos preveníveis. Ao contrário de catástrofes naturais em que o grau de previsibilidade pode atenuar seus danos mas não pode impedir sua ocorrência, os acidentes ampliados decorrentes dos processos de produção, no caso de Mariana e Brumadinho a produção de minério, são todos passíveis e capazes de serem impedidos.

Nesta edição

Editorial – Saúde do trabalhador e o mar de lama	1
Entrevista – Nilton Freitas	2-4
Artigo do mês – Luã Kramer Oliveira	5-6
Perfil Sindical – É sempre bom lembrar	7
Trabalhadores Anônimos – Jovem ambulante, teu nome...	8
Saúde do Trabalhador é ARTE	9-10
Informes	11

Mas, a falta de vergonha daquela associação irresponsável citada não deixa que os acidentes ampliados sejam impedidos de ocorrer. E, independentemente do tamanho e do tipo do dano ambiental, os trabalhadores são sempre os primeiros a sofrer o impacto do acidente que, na verdade, deveria ser sempre chamado de crime. Crime há porque sempre há a omissão irresponsável de gerenciar inadequadamente o risco. E quanto maior o risco de um acidente ampliado maior deve ser o gerenciamento dos riscos. Das diversas causas que aumentam a ocorrência dessas catástrofes (desses crimes), muitas vezes nenhuma delas é adequadamente gerenciada. E mesmo que algumas possíveis causas sejam devidamente observadas e corrigidas, outras são negligenciadas e o gerenciamento continua capenga. Aí ocorre o crime real, em que os assassinos passam a ter suas faces reconhecidas, embora continuem impunes. Desde o projeto, das sobrecargas estruturais e humanas, a terceirização com demissão de efetivos com experiência, o enxugamento dos quadros de trabalhadores, as manutenções de fingimento ou malfeitas, as fiscalizações corrompidas ou impedidas de serem cumpridas, os licenciamentos apressados e, o principal de todos, a voz dos trabalhadores que nunca é ouvida e muito menos respeitada, muitas são as razões do descalabro.

Na era de ouro das tatuagens, em que especialmente os jovens tatuados ou em processo de tatuagem, são a esperança de um país melhor que esse de Mariana, Brumadinho e dos acidentes de trabalho negligenciados, fica uma sugestão: vamos tatuar nossa alma com a imagem de mais esse crime. Vamos nos tatuar com a imagem dos 121 trabalhadores mortos e 226 desaparecidos sob a lama: acidente de trabalho por atacado, já que atacado vem sendo o direito humano à vida no trabalho. O que se passará conosco se não nos indignarmos e tomarmos posições mais proativas contra esse estado de coisas? ■■■

*Os editoriais do Boletim expressam a opinião da coordenação do Fórum Intersindical e nem sempre a de todos os participantes. A cada reunião ordinária, os editoriais são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.

A fala da Saúde do Trabalhador

Nilton Freitas

Nilton Freitas é um veterano militante da saúde do trabalhador e do movimento sindical. Com sólida e brilhante trajetória nacional e internacional. Niltinho, como é carinhosamente chamado por seus amigos, hoje é o representante regional para América Latina e Caribe da ICM [Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira], sediada no Panamá. Arquiteto, Engenheiro de Segurança e mestre em Saúde Pública foi assessor do Sindicato dos Químicos/ABC, do Diesat e do Inst/CUT. Além disso foi Presidente da Fundacentro e representante do Brasil no Conselho de Administração da OIT, durante o Governo Lula. O Fórum Intersindical (FIS) registra um pouco de sua rica trajetória.

FIS - Niltinho, como você chegou ao campo da saúde do trabalhador?

NF - Cheguei por meio da luta dos trabalhadores químicos do ABC contra a contaminação pelo mercúrio na multinacional belga Eletrocloro (depois Solvay e atualmente Unipar Carbocloro). Em fevereiro de 1987 troquei o cargo de Engenheiro de Segurança do Trabalho e Supervisor de Proteção Radiológica na Cia. Suzano de Papel e Celulose (CSPC, unidade de Suzano/SP) pelo de pesquisador do DIESAT [Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho], alocado na subseção do Sindicato dos Químicos do ABC, sediado em Santo André/SP. Foi por pura afinidade ideológica, adquirida em minha atuação no movimento estudantil no período da graduação. Minha primeira tarefa na subseção foi estudar exaustivamente as características do mercúrio metálico e sua utilização no processo eletrolítico para a produção de cloro-soda. Busquei bibliografia em outros idiomas e em maio daquele mesmo ano, participei da intervenção na empresa liderada pelo auditor fiscal Mario Bonciani, o sindicalista Remígio Todeschini e o médico do trabalho, também pesquisador do DIESAT, Francisco Lacaz. Meu papel foi demonstrar que haviam opções tecnológicas, procedimentos operacionais e adequações ambientais que foram negligenciados pelos engenheiros e gerentes da empresa. Esta luta se estendeu por pelo menos cinco anos e incorporou profissionais e pesquisadores de várias instituições e diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para o fortalecimento do então nascente Programa de Saúde do Trabalhador na região do ABC. Essa luta também me levou a ser convidado pelo Prof. Carlos Minayo a tomar parte do programa de Mestrado no CESTE/ENSP da FIOCRUZ, um fato que contribuiu definitivamente para meu aprimoramento profissional, especialmente em termos conceituais e metodológicos. Ali tive a chance de contribuir para a ampliação da luta pela substituição da tecnologia de mercúrio na produção de cloro-soda em todo o país - com o Marcelo Firpo, Ubirajara Mattos e Jorge Huet Machado entre outros - e, mais tarde, em todo o mundo, já atuando em nome dos sindicatos globais no âmbito do SAICM (Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional das Substâncias Químicas) do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

FIS - E então você começou a participar de outras lutas nesse campo?

NF - Sim, exatamente. E foram muitas: contra a contaminação pelo benzeno, chumbo, cádmio, cloreto de vinila (VC), o amianto, os acidentes químicos ampliados nas indústrias químicas e petroquímicas e outras. E sempre de maneira articulada com instituições do setor público e universidades. Muitas vezes também com ONGs, movimentos sociais e associações de moradores.



<https://i.ytimg.com/vi/ICf6hZSnw4/maxresdefault.jpg>

Meu foco, como engenheiro a serviço dos trabalhadores sempre foi, evidentemente, assessorar as negociações entre sindicatos e empresas, apontando soluções técnicas que passavam a fazer parte de Acordos, decisões judiciais ou TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) do Ministério Público. E, a partir daí, acompanhar sua implementação juntamente com os trabalhadores organizados no local de trabalho em CIPA ou Comissão de Fábrica sob a coordenação política do Sindicato.

FIS - E como era a relação com o setor público e a Academia?

NF - Naqueles tempos a relação se dava primeiramente com a pessoa, com o profissional, o colega que compartilhava valores e princípios semelhantes. Depois ia evoluindo para a relação institucional, que construíamos juntos, lado a lado. Dessa forma, mutuamente íamos nos apoiando para transformar as organizações do setor público desde uma hegemonia patronal, para um enfoque mais progressista, social e coletivo, realmente “público” e menos “privado”. É aquilo que chamo de evolução dos conceitos e práticas da “saúde ocupacional” para a “saúde do trabalhador” ou para a relação “saúde e trabalho”. A transformação que havia nas empresas também passava a refletir nas instituições e vice-versa.

continua

Nilton Freitas

O princípio do Movimento Operário Italiano de “não delegar”, por exemplo, ampliava a luta pelo direito de saber, de ser consultado e de participar sobre os assuntos relacionados à saúde, diminuindo o poder e o controle que tinham os engenheiros e médicos do trabalho no interior das empresas. Retirar o controle da saúde do trabalhador das mãos exclusivas dos médicos das empresas foi uma grande conquista dos anos ‘90 com a criação e fortalecimento dos Programas e Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Da mesma forma, as transformações havidas no âmbito das Normas Regulamentadoras (NRs) da legislação trabalhista, como aquela do direito de saber (NR-1), eleições e funcionamento da CIPA (NR-5), funcionamento e papel dos profissionais de segurança e medicina do trabalho nas empresas (NRs 4, 7 e 9), dos ambientes insalubres (NR-15), da gestão do risco das caldeiras e vasos de pressão (NR-13). A revisão e atualização dessas e outras NRs foi realizada de forma tripartite em um momento de intensa pressão patronal e governamental e de mobilização dos trabalhadores. Mas, aquela aliança de profissionais progressistas e sindicalistas que começava nas fábricas se estreitava e se consolidava nas negociações político-institucionais no âmbito da Saúde, do Trabalho e da Previdência. Nossas relações se estreitaram muito e sempre me senti afortunado e privilegiado por trabalhar com pessoas de um padrão ético e profissional bastante elevado. Isso permitiu que cumpríssemos a máxima “a luta faz a lei”, mais precisamente as normas e procedimentos no âmbito do Trabalho, da Saúde e da Previdência. Como engenheiro da subseção do DIESAT no Sindicato dos Químicos do ABC, assessorava as bancadas dos trabalhadores nessas negociações.

FIS - E como você foi se “internacionalizando”? O que o levou para a esfera internacional?

NF - A necessidade. A necessidade de conhecer e saber mais para melhor assessorar os sindicatos e os trabalhadores nas negociações sobre condições de segurança e saúde. As circunstâncias também me levaram a isso, na medida em que muitas das empresas que enfrentamos eram multinacionais de países como Bélgica, Alemanha e Estados Unidos, por exemplo. Então, passamos a buscar apoio dos sindicatos nos países de origem dessas empresas, diretamente ou por meio da ICEM (à época ainda ICEF e atualmente industriALL Global Union), uma federação sindical internacional de sindicatos do ramo Químico que possuía à época, um especialista na área, Reg Green. Também busquei apoio na literatura técnica da OIT (Organização Internacional do Trabalho), por meio da qual conheci e passei a me relacionar com especialistas de várias nacionalidades.

Em 1991 fiz minha primeira viagem para a Alemanha para conhecer as instalações das “três irmãs” - BASF, Bayer e Hoechst -, a convite de membros das Comissões de Fábrica nessas empresas relacionados à igreja católica progressista. Ali comecei a estabelecer contatos com técnicos das unidades produtoras de cloro-soda. Durante a Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) denunciemos a contaminação pelo mercúrio na Eletrocloro e passei a ampliar os contatos.

Pouco depois, participando da luta contra a Leucopenia na Petroquímica União (PQU) e na Unipar, ambas localizadas no polo petroquímico de Capuava, Mauá, região do ABC, impulsionamos a Campanha Nacional da CUT “Operação Caça-Benzeno”, coordenada pelo INST [Instituto Nacional de Saúde e Trabalho da CUT], com o apoio da central italiana CGIL. Como já estudava e falava italiano fluentemente, fiquei um mês na Itália a convite do Sindicato, junto com operadores em unidades petroquímicas para conhecer os processos, procedimentos e tecnologias de contenção das emissões de benzeno ao ambiente. De volta para casa, ajudei a formular a proposta técnica de contenção de emissões e controle ambiental nas negociações do Acordo Nacional Tripartite do Benzeno, ocorridas de 1993 a 1995. Isso, com o apoio dos pesquisadores da Fundacentro: Arline Arcuri, Luiza Maria Nunes Cardoso, Gricia Grossi, Carlos Sérgio, José Possobom e outros. A Arline acabou sendo, mais tarde, quando presidi a entidade, a Diretora Técnica da Fundacentro.

Os sindicatos, pelo menos, já entenderam que têm de voltar urgente às origens, sindicalizando, organizando no local de trabalho, defendendo as convenções coletivas existentes.

Esse Acordo do Benzeno, ao meu ver, é uma das mais completas obras de concertação política, técnica e institucional na saúde do trabalhador, devido à sua complexidade, dinamicidade e sustentabilidade, já que até hoje vigora e é gerenciado de forma tripartite por meio da Comissão Nacional Permanente do Benzeno - CNPBz, um de seus principais produtos. De 1997 a 2002 apresentei seguidamente a história dessa negociação e o conteúdo e compromissos tripartites desse Acordo, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CSD-ONU), em Nova York. Eu o fazia como integrante da delegação da CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres) em representação da CUT Brasil. O Acordo do Benzeno foi reconhecido pela CSD-ONU como um modelo de cooperação entre trabalhadores, empregadores e governos para a solução de um grave problema de saúde pública, no caso, a Leucopenia que já alcançava cerca de 5 mil trabalhadores. Ainda por causa do Acordo, passei dois períodos de três meses do ano 2001 estagiando no escritório da TUAC (*Trade Union Advisory Committee* ou “Conselho Sindical Assessor”) da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), em Paris. E logo depois, em 2002, participei da Rio + 10 em Johannesburg, sempre defendendo a importância da participação dos trabalhadores no processo de decisão e gestão da segurança e saúde no trabalho. Uma coisa puxa a outra e a convite da ICEM fui indicado para um Curso sobre as Normas Internacionais do Trabalho da OIT no Centro de Formação de Turim, na Itália. Essa capacitação me permitiu entre outras coisas a apoiar o Deputado Federal Ivan Valente (atualmente do PSOL/SP e à época do PT) na proposição legislativa que levou à ratificação pelo Brasil da Convenção 174 da OIT sobre os Acidentes Ampliados, um tema com o qual trabalhei bastante com Marcelo Firpo e Carlos Machado de Freitas,

Nilton Freitas

ambos do CESTEJ, além do Fernando Sobrinho da Fundacentro e do Roque Puiatti, da então DRT/RS [Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul]. Com o apoio da OIT de Genebra realizamos cursos tripartites para capacitação sobre esse tema. Particularmente, minha aprendizagem nessa área vinha da investigação de uma grande explosão na BASF Glasurit de São Bernardo do Campo que me levou, também, várias vezes à Alemanha para debater com especialistas da matriz e do sindicato alemão IGBCE, as prováveis causas do acidente e as recomendações do meu relatório. Inclusive, cheguei a apresentar o caso como *keynote speaker* (orador principal) do Congresso Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, em Viena, 2002.

FIS - Foi quando você foi convidado para integrar o governo?

NF - Sim, exatamente. Primeiro, para fazer parte do chamado “governo de transição”, mais precisamente para “receber” o Ministério do Trabalho do governo Fernando Henrique (1999-2002), uma experiência muito interessante que me permitiu ter, pela primeira vez, uma visão mais ampla do “mundo do trabalho”. Fiquei encantado (risos). Nesse momento fui convidado para presidir a FUNDACENTRO, “a pessoa certa no lugar certo”, diziam. Mas essa experiência, muito rica diga-se de passagem, durou apenas um ano. Um ano intenso, de muitas viagens pelo Brasil para realizar parcerias com os governos estaduais, parcerias com a OPAS [Organização Pan-Americana da Saúde] e a OIT para eliminação da silicose e edição de publicações especializadas, cooperação internacional com países de língua portuguesa, reestruturação do projeto editorial da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO), ampliação do Conselho Curador, inclusão da dimensão ambiental e da sustentabilidade nos estatutos da entidade, realização de concurso público para recomposição do quadro técnico e administrativo etc. Pude ao menos introduzir a proposta de Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho que se discutia naquele momento no âmbito da OIT, bem como, oficializar no Brasil, a celebração do Dia 28 de Abril como Dia Internacional em Homenagem às Vítimas dos Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho, com a presença do então Ministro do Trabalho e Emprego (MTE) Jaques Wagner, na sede da Fundacentro em São Paulo que, aliás, me convidou para reestruturar e coordenar a Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, em Brasília a partir de 2004.

FIS - De volta à arena internacional?

NF - Sim, isso mesmo. Outra experiência muito rica que me levou definitivamente para uma abordagem mais ampla da relação de trabalho, dessa vez em nível ministerial e de alcance internacional. Para não me afastar do nosso tema - a saúde do trabalhador - apenas menciono algumas ações que me pareceram relevantes nessa área, como a coordenação da Agenda Nacional de Trabalho Decente incluindo onze ministérios, entre eles o da Saúde e o da Previdência Social. E também, a coordenação de delegações governamentais para os congressos mundiais de SST e a preparação das delegações tripartites para as conferências internacionais da OIT, incluindo aquela que aprovou a Convenção 187 sobre a promoção da segurança e saúde no trabalho. No âmbito da OPAS, com a Luz Maritza Tennessee e o Guto Galvão, ex-FIOCRUZ, trabalhamos na chamada “aliança estratégica” entre os ministros da saúde, do trabalho e do meio ambiente das Américas, para fortalecer políticas públicas em saúde ambiental.

FIS - Como você avalia a situação da saúde do trabalhador hoje, no Brasil e no mundo?

NF - Pergunta difícil, principalmente quando já não estou diretamente envolvido, pelo menos tecnicamente. De todo modo, no Brasil me parece sombrio. Espero estar enganado. Mas me refiro ao enfraquecimento do movimento sindical, da justiça e do ministério do trabalho após a reforma trabalhista do ano passado. Os sindicatos cumprem um importante papel de fiscalização e melhoria contínua dos ambientes e das condições de trabalho no dia a dia do chão de fábrica e na obra. Essa nova situação pode levar a uma retomada daquelas alianças que mencionei anteriormente, na base, entre sindicatos e profissionais dos serviços de saúde e de inspeção do trabalho. Os sindicatos, pelo menos, já entenderam que têm de voltar urgente às origens, sindicalizando, organizando no local de trabalho, defendendo as convenções coletivas existentes. Vejo, igualmente, muitos colegas do setor público buscando apoio para o enfrentamento de políticas retrógradas que vêm sendo resgatadas pelos atuais governantes, mais conservadores e mais patronais. Isso, na verdade, vem acontecendo em todo o mundo, mesmo na Europa. Assim que pode e deve ser oportuno para os movimentos sindicais e sociais e, evidentemente, em um patamar mais vantajoso que aquele de 30 anos atrás. Recentemente convidei o Prof. Carlos Minayo para ministrar um curso no Panamá para sindicalistas da construção civil de vários países da América Latina, com o objetivo de avançar conceitualmente da “saúde ocupacional” para a “saúde do trabalhador”.

FIS - Para concluir, como você vê a relação da saúde do trabalhador com o movimento sindical?

NF - Então, vejo que está mais institucionalizada e consolidada, o que é muito bom. E há uma nova geração de sindicalistas e profissionais nos serviços de saúde que se relacionam de maneira muito tranquila no cotidiano. Talvez seja necessário apenas investir mais em formação de lado a lado, de preferência conjuntamente. Também ampliando para a dimensão da sustentabilidade e da responsabilidade social corporativa, com um enfoque de setor, de cadeia de produção. O mundo do trabalho está mudando rapidamente, em especial as relações de trabalho. Muitos sindicatos buscam entender melhor as regras de mercado e os compromissos não vinculantes aos quais as empresas estão submetidas, como Acordos-Marco Internacionais, iniciativa Global Compact, regras da OCDE e dos bancos de investimento ou de fomento para o desenvolvimento. Tenho trabalhado muito nisso, ajudando a encontrar novos caminhos, novas trincheiras de luta. ■ ■ ■

artigo
do mês

Ciência e Agronegócio no Brasil: entre a necromaquiagem¹ e a emancipação

Luã Kramer Oliveira*

Podemos entender o Agronegócio como a etapa atual do capitalismo no campo e do processo de industrialização da agropecuária. No Brasil, o agronegócio tem assumido grande protagonismo devido ao papel econômico de garantir a balança comercial favorável ao país, por meio da exportação de carne, soja, milho, álcool, algodão, entre outras matérias-primas, e pela expressiva força política nos governos e parlamentos, além de financiar a grande mídia, obtendo peças de marketing globais como o “Agro é Pop”. O termo agronegócio (do inglês *agribusiness*), utilizado para nomear a cadeia produtiva agropecuária, é recente e começa a ser utilizado nos planos econômicos a partir da década de 1980. Nesse período ocorre uma intensa transformação produtiva do capitalismo em geral, incluindo o setor da agropecuária, na qual há, entre outras mudanças, o aumento da incorporação científica e tecnológica no processo de produção e maior vinculação ao mercado financeiro. “Agronegócio” surge então para expressar a agropecuária capitalista em nova roupagem, contemporânea, “tech” e atenta às tendências do mercado, mas a lógica de exploração e a estrutura socioeconômica sob a qual ela se realiza no Brasil são antigas: o latifúndio escravista, colonial, racista e patriarcal.

É por meio dessa estrutura, que permanece quase intacta desde a colonização portuguesa, com grandes extensões de terra na mão de poucos, relações de trabalho superexploratórias e/ou análogas à escravidão, monoculturas para exportação que desmatam e degradam o ambiente, e agora com crescentes incorporações de tecnologias, que o agronegócio alcança seus extraordinários lucros.

A dimensão que destaco para discussão é a ciência e tecnologia (tecnociência) empregada no agronegócio, pois além de ser um meio fundamental no processo de produção para a garantia do lucro das multinacionais e latifundiários, também é utilizada socialmente como uma forma de mascarar a estrutura essencialmente desigual, racista e violenta do agronegócio. Utilizando a linguagem de Marx, a tecnociência tem funcionado também como um fetiche¹ para o agronegócio. Em um olhar imediato sobre as tecnologias empregadas no agronegócio visualizamos aspectos comuns a outros setores produtivos como maquinários, armazéns, carretas, trens, navios etc., entretanto, também há tecnologias mais “estranhas” a nós, com maior dificuldade de compreensão e que chamam atenção sobre seus riscos à saúde, como os agrotóxicos, adubos químicos, organismos geneticamente modificados (OGMs) e transgênicos, sendo estes dois últimos denominados como biotecnologias, por serem tecnologias que modificam a estrutura de seres vivos. Tanto estas tecnologias “comuns” como as “estranhas” resultam de variadas pesquisas científicas em diversas áreas da ciência, como a botânica, genética, química, ecologia, fisiologia, mecânica, eletrônica, informática, economia, entre outras.

É essencial para o agronegócio, assim como para outros setores do capital, grande investimento em pesquisas científicas que criem tecnologias capazes de ampliarem seus lucros.

Contudo, mesmo com toda essa ‘parafernália’ tecnológica do agronegócio ‘fundamentada cientificamente’, ela não anula sua base social latifundiária, colonial, racista e patriarcal e estas novas tecnologias em si têm também trazido prejuízos à saúde e ao meio ambiente, como os agrotóxicos e transgênicos. Neste sentido, o agronegócio também investe em pesquisas científicas para abafar o conjunto de sofrimentos, adoecimentos e mortes por ele provocado. Tais pesquisas, em conjunto com peças de marketing, realizam uma verdadeira necromaquiagem do agronegócio, tentando silenciar e ocultar situações dramáticas vividas por trabalhadores nas regiões produtivas do agronegócio.

No crime catastrófico de Brumadinho, vimos uma expressão semelhante do uso da tecnociência a favor do lucro e contra a vida, ao ter engenheiros comprados pela Vale que emitiram laudos técnicos, supostamente baseados em estudos científicos, que descreviam a situação da barragem como de pouco risco. São muitas vidas perdidas e sofrimento de familiares que são gerados pela sede insana de lucro do capital, e que muitas vezes converte a ciência também ao seu favor.

Mas será então a tecnociência apenas um vilão para nós trabalhadores? Em um primeiro olhar pode parecer que sim, entretanto devemos olhar para a história e resgatar a origem revolucionária do pensamento científico e ver que há cientistas, mesmo que poucos, do nosso lado.

E precisaremos deles, cada vez mais deles.

O surgimento da Ciência Moderna se dá no século XVI (1500-1599), inserido no movimento europeu do Renascimento, que resgata ideias de filósofos da Grécia Antiga. Surgem nesse momento diversos pensadores (Giordano Bruno, Galileu Galilei, Nicolau Copérnico etc.) que buscam formular um tipo de conhecimento que se contrapõe ao conhecimento religioso da Igreja Católica, predominante na época. Em resumo, passam a denominar Ciência como uma forma racional de pensar (baseado na razão), que coloca em questionamento tudo ao nosso redor, possui um método (caminho) de construção do conhecimento que busca descrever a natureza como ela é e utilizam experimentos e cálculos matemáticos para encontrarem uma explicação da natureza o mais fiel possível com a verdade. Neste período, grande parte do continente europeu era governada por Reis e Imperadores subordinados à Igreja Católica Romana, que mantinha sob seu domínio o monopólio do conhecimento de toda a explicação sobre o mundo. Estava ocorrendo também o início do desenvolvimento do capitalismo (mercantilismo) e a expansão colonial ultramarina. Os pensadores que estavam na gênese da Ciência Moderna, foram duramente perseguidos pela Igreja Católica, presos e até condenados à morte, como o caso de Giordano Bruno (1548-1600).

1 - Necromaquiagem é a arte de maquiar cadáveres.

2 - O termo fetiche que utilizamos usualmente está ligada à ideia de um desejo ou fantasia incomum que pode ter conotação sexual, mas para Karl Marx é diferente, ele designa fetiche como um processo característico do capitalismo que produz o efeito de ‘mascarar’, ‘enganar’, ‘esconder’ a verdadeira faceta de um processo de produção, entre elas a exploração. Ele traz esse termo para descrever o “fetiche da mercadoria”, que no processo de troca (compra e venda), a mercadoria esconde, oculta a exploração que ocorre no processo de trabalho (quem pensa no trabalho explorado por trás de toda mercadoria que compramos?).



Nos anos seguintes, os capitalistas rapidamente perceberam a enorme potência que a ciência tem para compreender e transformar a natureza, e logo trataram de colocá-la em um ‘cabresto’, retirando seu caráter eminentemente crítico, questionador, revolucionário, para orientar que toda pesquisa científica deve servir para incentivar seus negócios e lucros. Devido à enorme importância que a ciência adquiriu na sociedade moderna capitalista, nos últimos 150 anos houve uma gigantesca expansão da produção científica, de tal forma que temos hoje um campo científico com grande diversidade, com concepções de ciência mais avançadas que aquela formulada nos anos 1500 e até com pensamentos opostos, de acordo com a área (humanas, sociais, exatas, biológicas, linguagens, entre outras), de forma que o certo seria tratarmos de ciências, e não ciência como uma coisa única.

Nesta discussão cabe ponderarmos duas polêmicas sobre as ciências, a sua suposta superioridade e neutralidade. As ciências são apenas formas de conhecimento que têm suas características específicas, possuem sua importância, mas também têm limites. O conhecimento popular, a arte, a religião, por exemplo, são outras formas de conhecimento legítimas, são diferentes da racionalidade científica, mas não quer dizer que são inferiores, pelo contrário, muitas vezes estes conhecimentos antecipam e predizem ideias que só posteriormente as pesquisas científicas conseguem sistematizar. A maioria da comunidade científica defende a superioridade do conhecimento científico perante as outras formas de conhecimento, como uma forma de concentração de saber e para se afirmarem como autoridades do conhecimento, afinal, conhecimento é poder, não é mesmo? Será que estes cientistas, que se nomeiam como autoridades superiores do conhecimento, não estariam repetindo a mesma história da Igreja Católica?

Quanto à neutralidade, esta noção foi criada como uma forma dos cientistas afirmarem que os resultados de suas pesquisas estão isentos de valores sociais, políticos, religiosos individuais, e são exclusivamente produto dos experimentos e cálculos realizados. Em uma sociedade como a nossa, extremamente desigual e exploratória, nenhum sujeito é isento de posição política. A intencionalidade da pesquisa, que parte de perguntas como: por que pesquisar isso e não aquilo? por que dessa ou daquela forma?, é uma decisão totalmente influenciada por valores sociais e políticos. Essa ‘neutralidade’, afirmada também pela maioria dos cientistas, é conveniente para aqueles que estão do lado do capital, pois não precisam se justificar quando produzem para grandes multinacionais tecnologias que intensificam a exploração do trabalho ou que degradam mais o ambiente.

Isso não quer dizer que o pesquisador que assume uma posição política, não terá rigor científico. É perfeitamente possível realizar uma pesquisa, com grande rigor e qualidade metodológica, assumindo uma posição política em defesa da saúde dos trabalhadores, por exemplo.

* Luã Kramer Oliveira é biólogo, professor da Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso e doutorando em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca / Fundação Oswaldo Cruz.

O processo produtivo de um setor que implica em tanta coisa, inclusive naquilo que ingerimos todos os dias não deve ser apenas assunto de domínio de “especialista”, onde o povo tem que apenas abaixar a cabeça e aceitar o que eles dizem.

Assim como no ambiente de trabalho, quando a empresa piora as condições de trabalho, entre os trabalhadores sempre têm aqueles que se revoltam e não aceitam, no campo científico também há aqueles que se insurgem contra os limites que o capitalismo impõe para as ciências. Por exemplo, na crítica e na construção de alternativas ao agronegócio, há cientistas das áreas como genética, química, ecologia, fisiologia etc. questionando as tecnologias empregadas, assim como há novas áreas da ciência comprometidas com o povo como o Serviço Social, Direitos Humanos, Saúde Coletiva, Agroecologia, Ecologia Política, entre outros.

Cabe ressaltar que no caso do agronegócio estamos falando de um setor produtivo que está implicado diretamente no nosso cotidiano, em diversas matérias-primas industriais e, sobretudo, na nossa alimentação diária.

O processo produtivo de um setor que implica em tanta coisa, inclusive naquilo que ingerimos todos os dias não deve ser apenas assunto de domínio de “especialista”, onde o povo tem que apenas abaixar a cabeça e aceitar o que eles dizem.

Há uma tendência cada vez mais crescente de incorporação tecnológica nos processos produtivos do agronegócio e do capital em geral, de tal modo que esta é a característica do que tem se falado hoje de “Indústria 4.0” ou de uma “Quarta Revolução Industrial”. É preciso que o conjunto da classe trabalhadora estude, discuta e se qualifique, para que ela tenha seus especialistas com consciência e humildade de classe trabalhadora, para questionar a tecnociência empregada pelo capital em todas as dimensões em que são empregadas.

Como exemplificado aqui, no caso do agronegócio, vemos que a ciência é uma prática social, nem um pouco neutra e permeada pela luta de classes. Ela em si não pode ser vista por nós como uma inimiga, e sim como um instrumento de luta, assim como o sindicato, a comunicação, a arte e cultura etc. também são. Ela deve ser disputada também pelos trabalhadores e para os trabalhadores, para que pesquisas e inovações tecnológicas tenham como finalidade nossos interesses, como a ampliação de direitos, melhoria na qualidade de vida, e por que não, a nossa sonhada emancipação das amarras da exploração capitalista. ■ ■ ■

NOTA dos EDITORES

A produção acadêmica de textos, ditos científicos, não é acessível ao cidadão ‘comum’. Os milhares e milhares de textos produzidos e armazenados em revistas científicas, todos os anos, são lidos apenas entre os pares, ou seja, entre os mesmos que os escrevem. Ficam armazenados nas estantes de uma ‘ciência’ hermética, discriminatória e descolada da sociedade que, para ser conhecida do público, tem que ser traduzida nos jornais, revistas ‘leigas’, boletins, televisão, blogs, vídeos da internet, no boca-a-boca. No caso da saúde do trabalhador, essa situação é mais grave, pois o que se escreve sobre o tema deveria ter como alvo principal de divulgação, ora pois, os trabalhadores! Não é o que ocorre. Revistas ‘científicas’ que tratam da saúde do trabalhador não são “para o bico” dos trabalhadores comuns. E, cada vez mais, são cada vez menos “para o bico” dos próprios pesquisadores da saúde do trabalhador. São muitos os obstáculos para que nós, acadêmicos, professores, militantes, profissionais da saúde do trabalhador consigamos publicar em revistas ‘científicas’. Os julgadores dos textos são rigorosos, cujo rigor, guardado pelo anonimato, é de credibilidade duvidosa. Querem mudar conteúdo, questionar opiniões, mudar o método, mexer na alma do que está escrito. Além disso, revistas ‘científicas’ cada vez mais cobram para publicar, exigem tradução para o inglês, levam meses e até anos para dar respostas se aceitam ou não o artigo que parece ser tido como uma ameaça para uma estética científica de caráter dúbio e que não está preocupada em massificar e democratizar o conhecimento produzido. É com este espírito de resistência que a seção de artigos do Boletim do Fórum Intersindical pretende ser um espaço aberto e democrático de reflexão e difusão de conhecimentos. Mande seu texto. Participe! ■ ■ ■

É sempre bom lembrar...

Sindicalismo na Era Vargas

Parte 1

Síntese do Texto de
Alessandro Batistella

Acompanhe a
Parte 2
No próximo
Boletim

A Era Vargas e o Movimento Operário e Sindical Brasileiro (1930-1945)
Unoesc & Ciência - ACHS Joaçaba, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2015
https://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/viewFile/6555/pdf_40

Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU – 1948

Artigo 23

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Durante a Primeira República (final do século XIX, início do século XX), os trabalhadores não tinham à sua disposição uma legislação que regulasse as relações entre o capital e o trabalho. A atuação política do Estado brasileiro frente à classe operária era a famosa frase: “A questão social é caso de polícia”. Ou seja, a intervenção do Estado resumia-se a repressão policial, prisões arbitrárias, fechamento de associações, deportação de estrangeiros etc. A jornada de trabalho chegava a 12, 14 e até 15 horas diárias e os trabalhadores não tinham direito ao descanso semanal remunerado, a domingos e feriados ou a férias anuais. Não havia dias de descanso, praticamente não existiam contratos de trabalho. Operários eram admitidos e demitidos verbalmente e sem qualquer tipo de indenização. Em caso de atraso de pagamento não contavam com nenhum recurso jurídico contra os patrões. Não havia qualquer obrigação em caso de doença ou acidente de trabalho. Isso sem contar as condições miseráveis de vida. As associações (ou sociedades) mutualistas foram as primeiras formas de organização dos trabalhadores, além de algumas cooperativas de consumo e produção, associações culturais, recreativas, esportivas, educacionais e políticas. Gradativamente os trabalhadores urbanos, qualificados ou não, buscaram nas “sociedades de resistência” uma forma de organização coletiva que respondesse à demanda por representação dos seus interesses junto aos patrões e ao Estado no que diz respeito às questões do mundo do trabalho. Suas referências políticas para as formas de lutas eram propostas políticas de intervenção na realidade baseadas no socialismo, anarquismo, reformismo, cooperativismo, cristianismo social e, mais adiante, o comunismo. As principais reivindicações dos trabalhadores eram maiores salários, jornadas de trabalho menores e melhores condições de trabalho. As características do período evidenciam a limitação da ação operária, condições de vida e trabalho geradoras de conflitos, estrutura sociopolítica com os trabalhadores marginalizados, inexistência de canais de diálogo com o poder e as classes patronais. Mesmo o Decreto-lei n. 1.637, de 05/01/1907 (<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html>), que reconheceu os sindicatos, não significou sua institucionalização como órgão representativo da classe. Entre os anos 1917-1920 houve inúmeras manifestações e movimentos paredistas. Esse período é considerado os “anos áureos” do movimento operário na Primeira República. Com o crescimento da organização operária, a relação capital-trabalho tornou-se uma questão preocupante para as esferas governamentais e alvo de intensos debates no Congresso Nacional. Após a Revolução de 1930, e ao longo do período 1930-1945, a Era Vargas empreendeu nova orientação, valorizando o trabalho e o trabalhador. Foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a promulgação de leis trabalhistas e a Lei de Sindicalização. Marcou-se o início da intervenção direta do Estado nas questões do mundo do trabalho. Mas, a legislação trabalhista, previdenciária e sindical estava voltada para os trabalhadores urbanos, enquanto os trabalhadores rurais, autônomos e domésticos (a maioria da população trabalhadora) ficaram de fora da estrutura de proteção. Em março de 1931, o Decreto n. 19.770 edita a Lei de Sindicalização. Estabelece o sindicato único por categoria, o controle financeiro do Ministério do Trabalho (MTb) sobre os sindicatos, o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado, a permissão aos delegados do MTb de participar das assembleias sindicais, a proibição de atividades políticas e ideológicas nos sindicatos, o veto à filiação a organizações sindicais internacionais, a proibição de sindicalização de funcionários públicos e a limitação à participação de estrangeiros nos sindicatos. Consagrando o princípio da unidade e definindo o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, o decreto trazia as associações operárias para a órbita do Estado. Seu objetivo era o combate a toda organização que permanecesse independente, bem como a todas as lideranças – socialistas, comunistas, anarquistas, etc. – definidas como capazes de articular movimentos de protesto contra a nova ordem institucional. Continua Boletim 43

Jovem ambulante, teu nome é menino ou menina, tua escola é a rua...

O tempo passa e as mudanças estão recheadas de leis, pouca eficácia na sua aplicação, medos, histórias trágicas... e nossa ternura... Esta crônica tem dois atos, separados por quase 35 anos, atores da vida real, 'anônimos'.

1985. Dirigia no viaduto Faria Timbó em Bonsucesso – trecho da atual Linha Amarela – quando, num dos engarrafamentos de sempre, fui abordada por um menino vendendo lixas de unha. Nessa época, não fechávamos os vidros dos carros. – *Dona Jô, hoje você vai comprar?* O trânsito avançou um pouco. – *Dona Jô, leva, por favor. Você sempre leva.* – Menino, não me chamo D. Jô e nunca comprei nada de você. – *Você sempre compra, Dona Jô; lá na Lagoa. Eu que nunca te vi por aqui.* Semanas depois, parei num sinal na Lagoa. Não costumava passar por ali. Na janela, o mesmo menino, sorriso cativante e esperto: – *Dona Jô! Dessa vez, aqui na Lagoa, você vai comprar, né?* – Está bem, quanto é esse pacotinho? Senão você vai me encontrar até em alto-mar. Puxo conversa enquanto pego os trocados: – Que história é essa de Dona Jô? – *Você é a Dona Jô da novela; está disfarçando para não ser reconhecida.* Abre o sinal. Tento imaginar em que novela estaria atuando a Dona Jô achando que tudo não passava de estratégia de bom vendedor. Sim ou não, por onde anda esse trabalhador? Como está, após 35 anos, esse anônimo ambulante que tão bem conhecia sua cliente? ■■■



2018. Uma tarde. Um subúrbio. Um boteco. Uma amiga. Um menino vendedor de pipocas que, desde os oito anos, parou de estudar e tornou-se ambulante para ajudar a mãe cadeirante. Atualmente, retomou os estudos (está na aceleração) e continua a trabalhar. Teve crise de epilepsia na rua mas precisa continuar a trabalhar. – *Tenho Deus comigo e levarei minha dignidade até o caixão.* – *No início, minha mãe me acompanhava, mas era muito difícil por causa da cadeira de rodas.* Todos os dias, bem cedo, compra os doces, vai à escola e depois começa a trabalhar. Para de vender quando termina o estoque. Quando tem uma folga, gosta de brincar com a irmã e não quer que ela o ajude por medo de que lhe façam algum mal. Como estará, daqui a 35 anos, esse anônimo ambulante tão maduro e responsável? ■■■



Pintura de Ricardo Ferrari – disponível em
<https://www.revistasaversoarte.com/content/uploads/2017/10/Ricardo-Ferrari-Carrinho-de-madeira1.jpg>

Fórum Intersindical
CRIANÇAS
PRESENTES

Texto desta seção de Rosângela Gaze - UFRJ

A invisibilidade social dos trabalhadores é patente. Seu adoecimento e sua morte ao produzirem os bens e os produtos de consumo que movem a sociedade e a vida, em si mesma, não constam da embalagem. Não está no rótulo do que comemos e usamos que, para chegar em nossas mãos, adoeceram 'x' trabalhadoras, morreram 'y' trabalhadores. A doença e a morte rondam o trabalho. Mas não as vemos. Então, o problema é o trabalho? Claro que não! Sem o trabalho não há vida, não moraríamos, não vestiríamos, não comeríamos, enfim, não seríamos o que somos. E se a invisibilidade da relação saúde-trabalho é evidente com os trabalhadores que têm uma inserção social mais visível, com os trabalhadores anônimos a situação é ainda pior. Trazer à tona suas identidades sociais é o propósito desta coluna do Boletim Informativo. Contribua com ela. ■■■

Saúde do Trabalhador é Saúde do Trabalhador é ARTE ARTE

Saúde do Trabalhador é ARTE é a nova seção do Boletim. Foi pensado para se contrapor à desgraça de trabalhar sem dignidade, sem condições mínimas de segurança e, tantas vezes, deixando os trabalhadores doentes, mortos ou soterrados sob a lama da irresponsabilidade generalizada do poder econômico e dos governantes. É pura arte trabalhar sob o sol escaldante, horas a fio, com água até a cintura e sem água p'ra beber. É pura arte trabalhar em pé doze horas seguidas com a proibição expressa de sentar. É pura arte trabalhar horas e horas sem piscar com a proibição expressa de ir ao banheiro. É pura arte trabalhar pendurado por uma cordinha a 50 metros de altura sem a chance de dar uma paradinha. É pura arte trabalhar na metalurgia, no comércio, nos bancos, nos serviços de saúde, nas escolas, dirigindo ônibus, varrendo ruas, matando mosquitos sem apoio, sem segurança, sem conforto, sem dignidade, sob pressão e ganhando uma merreca que mal dá p'ra seguir a vida sorrindo, com saúde. Da capacidade de sermos artistas vamos extrair a capacidade de resistirmos e nos indignarmos fazendo arte. Em todos os sentidos.

“Lira Itabirana”
Carlos Drummond de
Andrade, 1984

I
O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.

II
Entre estatais
E multinacionais,
Quanto ais!

III
A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.

IV
Quantas toneladas
exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas
disfarçamos
Sem berro?

BRASIL

BRASIL ANDA TRISTE, BEM CABISBAIXO.
LAMA PRA TODO LADO. LUCRO ACIMA DE
TUDO. POVO ABAIXO DO NADA.
FALTA PÃO, FALTA PAZ,
FALTA CHÃO, FALTA LAR.
ARMAS NA MÃO. VAZIO O CORAÇÃO.
TANTOS SONHOS EM VÃO.
MAS NÃO É PRA PARAR!!! VALE TENTAR.
VAMOS TEIMAR. O SOL VAI NASCER.
A VIDA, VENCER!
SE A GENTE TÁ VIVO, A TAREFA É SIMPLES:
SEMEAR SORRISO.
É LONGO O CAMINHO...
MAS LOGO VIRÃO CANTIGAS DE RODA,
MÚSICA NA ESQUINA, BRINCADEIRA, FESTA,
VINHO, RISO... E O RISO, MEU IRMÃO,
NESSE TEMPO, JÁ É REVOLUÇÃO.

LUÍS HENRIQUE LEÃO (JANEIRO 2019)

**Contribua. Participe.
Envie sua foto, seu vídeo,
seu poema, seu texto,
faça sua arte para registrar sua
indignação com a forma
como se trata a saúde dos
trabalhadores no Brasil.**

continua

O Exílio e a Morte Simbólica no cinema e na literatura popular dos Homens que Viraram Suco

Hudson Moura

<http://bocc.ubi.pt/pag/moura-hudson-exilio-morte-simbolica.html>

O Homem Que Virou Suco, dirigido por João Batista de Andrade, em 1979, ganhou vários prêmios internacionais e representou um marco no cinema brasileiro. O filme mostra questões como o exílio, a morte simbólica, a memória, o mito, os valores culturais, a individualidade e identidade cultural, o espaço estranho e o deslocamento. Narra a história de dois migrantes nordestinos em São Paulo: Deraldo, paraibano, poeta popular de cordel e José Severino, cearense, torneiro mecânico. Ambos idênticos na fisionomia e interpretados no filme pelo mesmo ator (José Dumont). Severino premiado como *operário padrão*, no dia da entrega do prêmio mata seu chefe com várias facadas na barriga e foge. O resto você saberá vendo o filme...

<https://www.youtube.com/watch?v=FF70tq8QSS4>

Dois trechos do filme pelo poeta Deraldo

Das asas do pensamento / voarei por muitos ares. Cantarei como os passarinhos / sobrevoando os pomares. Serei um ases das letras / cantando em muitos lugares. Bem só pode estar o sol / porque ninguém o alcança. Haja no mundo o que houver o sol lá nem se balança. Enquanto a fortuna dorme / a desgraça não descansa.

Eu sou poeta, violeiro e repentista e quem despreza estas canções não conhece os valores de Camões e não sabe dar valor a um artista. Ignora que a vitória é uma conquista e que na vida só terá decepção. Quem trata o povo com desdém, se atrasou nesse mundo e não entende que é no peito, na força e na mente e na união que é uma semente a força que o povo tem.

Saúde do Trabalhador é ARTE
Saúde do Trabalhador é ARTE

Adalgisa Ferreira

Fotografia
Série PESCADORES
(Cartagena – Colômbia / 2017)



Fórum Intersindical – Democracia
participativa pela saúde no trabalho



Conheça a história da Saúde do Trabalhador no Brasil
Venha para o Fórum Intersindical e faça parte dessa história



Fórum Intersindical / Razão de ser: Pessoas



INFORMES

PRÓXIMA REUNIÃO do FÓRUM INTERSINDICAL

Dia 22/02/2019 - 6ª feira
09:00 às 13:00h

Oficina Temática:

Saúde do Trabalhador é ARTE!

**Beto Novaes, Eguimar Chaveiro,
Paulo Fatal, Ricardo Gonçalves,
Tanussi Cardoso, Armando Cypriano
e outros convidados**

DIHS/ENSP/Fiocruz

**Av. Brasil, 4036, sala 901, Manguinhos
Rio de Janeiro - RJ - Fone: (21) 3882-9222/9223
Expansão da Fiocruz – pista de subida da
Avenida Brasil para a Zona Norte**

Fórum Intersindical
FormAÇÃO
InformAÇÃO
TransformAÇÃO
AÇÃO

Marielle
PRESENTE



Jean Wyllys
"Preservar a vida
ameaçada é também
uma estratégia da luta
por dias melhores."

Acompanhe a
COLUNA OPINIÃO
na página frontal superior do Blog
www.multiplicadoresdevisat.com

Nela você se atualiza diariamente com os temas
de interesse da saúde do trabalhador,
saúde ambiental, direitos humanos e
movimentos sindical e social.

São mais de 50 colunistas com experiência
e militância nessas áreas.
Dê sua opinião sobre as matérias e sugira novas.

Reunião do Fórum Intersindical em 25/01/2019 - Oficina Temática:
Saúde do Trabalhador na era da Indústria 4.0 com Mario Vidal (no destaque)



Foto: Marcel Caldas

**ENVIE suas FOTOGRAFIAS sobre
SAÚDE do TRABALHADOR
para o nosso Boletim**
www.multiplicadoresdevisat.com
Já pode ir tirando suas fotos!!

ATENÇÃO VI CURSO INTERSINDICAL SAÚDE-TRABALHO-DIREITO

O curso é oferecido para dirigentes ou pessoas indicadas de instituições sindicais e representativas de trabalhadores. A critério da coordenação poderão ser aceitos alunos e profissionais que estejam trabalhando com o tema do curso. As aulas ocorrerão nas últimas sextas-feiras do mês (iniciando cada módulo na Oficina Temática do Fórum Intersindical) e nas primeiras sextas-feiras do mês seguinte dando continuidade ao tema. As aulas iniciam no dia 29 de março de 2019

Inscrições
cursointersindical@gmail.com
Acompanhe a programação pelo Blog
www.multiplicadoresdevisat.com

ATENÇÃO!
Se você tem interesse em escrever um texto sobre
saúde do trabalhador para a nossa seção artigo do
mês entre no blog www.multiplicadoresdevisat.com
e envie!!

Fórum Intersindical
Espaço coletivo de
construção de saberes

Coordenação:
Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)
Renato José Bonfatti (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)
Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito
para a Ação em Saúde do Trabalhador
Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos - CEP: 21.040-361
Rio de Janeiro - RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223
forumintersindical@gmail.com